

DISCLOSURE DO SOCIAL DO ESG: ANÁLISE DE EMPRESAS DO GPTW B3 DO ANO DE 2024

DIENNY SILVA DE JESUS

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO-UNIFESP

SIMONE ALVES DA COSTA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO-UNIFESP

Introdução

Ao olhar para a dimensão do 'S' do ESG foi evidenciado por Vânia Borgeth em entrevista concedida a Hess e Brandão (2024) abordando uma visão humanizada, que explana que sem o eixo Social não há sustentabilidade. Baseando-se no fato que pessoas possuem peculiaridades e os negócios são construídos por pessoas, as empresas devem dar o suporte e ter a percepção adequada para com os seus colaboradores.

Problema de Pesquisa e Objetivo

O objetivo principal desse trabalho é avaliar de que forma se encontra a evidenciação do Social Disclosure das empresas que compõem o índice GPTW B3. Por se tratar de um tema recente ainda são poucos e incipientes os estudos a respeito do assunto, o que é corroborado por Assunção, Almeida e Porto (2024) que também afirmam sobre a necessidade de mais pesquisas e aprofundamento.

Fundamentação Teórica

Estudos como os de Tessmann (2012), Mapurung, Correia-Lima e Holanda (2014), Refinetti (2021), Reis e Moraes (2021) e Ferreira (2023) ajudam a delinear a trajetória do social disclosure no Brasil, levando a um entendimento que o tema carece de maior aprofundamento e ainda se restringe a um grau menor de evidenciação.

Metodologia

Com vista a análise dos aspectos sociais divulgados pelas entidades, o presente estudo visou utilizar como população as empresas participantes do Índice GPTW B3, limitando-se nas organizações que divulgam o Relato Integrado e, em sua falta, o Relatório Anual ou o Relatório de Sustentabilidade referente ao ano de 2024. Foi considerada a amostra de empresas que compunham a carteira GPTW B3 no primeiro quadrimestre de 2025, disponibilizada no website da B3. Foram analisadas 36 empresas.

Análise e Discussão dos Resultados

Com base nos dados coletados, foi observado que a grande maioria das publicações são de cunho declarativo ou quantitativo não-monetário e que os setores com melhor adesão aos itens do Social são Telecomunicações e Exploração de rodovias. Foi observada também a necessidade de atenção ao Capital Social e de Relacionamento que teve menor adesão em comparação ao Capital Humano, além da evidenciação da priorização de itens como ações para melhoria, colaborar, desenvolvimento profissional e partes interessadas pelas entidades.

Considerações Finais

O estudo sugere que o social disclosure referente ao ano de 2024 é declarativo, em sua maioria. Reflete também a necessidade de atenção aos capitais de maneira uniforme e a defasagem de indicadores quantitativos. A pesquisa contribui com a discussão voltada ao social disclosure, trazendo a reflexão sobre a necessidade de as empresas utilizarem dados e indicadores e para além do declarativo em seus relatórios.

Referências

FERREIRA, Beatriz da Silva. Relato integrado e a sustentabilidade de companhias abertas brasileiras: uma análise das empresas listadas no índice de sustentabilidade empresarial da B3. [S. l.: s.n.], 2023. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/26875?locale=pt_BR. Acesso em: 19 abr. 2025. HESS, Cida; BRANDÃO, Mônica. ESG: a dimensão social requer um olhar de alma!. Revista RI, Brasil, n. 279, mar. 2024. Disponível em: <https://www.revistari.com.br/279/2168>. Acesso em: 26 mar. 2025.

Palavras Chave

Disclosure, Social, Relato Inr

DISCLOSURE DO SOCIAL DO ESG: ANÁLISE DE EMPRESAS DO GPTW B3 DO ANO DE 2024

Dienny Silva de Jesus
Universidade Federal de São Paulo

Simone Alves da Costa
Universidade Federal de São Paulo

RESUMO

Com a crescente demanda dos stakeholders por informações sociais, de sustentabilidade e de aderência das entidades ao ESG e ao Relato Integrado (RI), o presente estudo buscou analisar os capitais humano e social e de relacionamento, ambos associados ao âmbito Social, objetivando avaliar como está a evidenciação do Social Disclosure das empresas que compõem o Índice GPTW B3 no ano de 2024. Para atingir o objetivo foi realizada uma pesquisa qualitativa utilizando a técnica de análise de conteúdo com o auxílio de um quadro de categorização, classificando a adoção ou não das empresas aos elementos de capital. A análise concluiu que a maioria das organizações realizam disclosures declarativos e quantitativos não-monetários e que os setores mais aderentes ao Social são o de Telecomunicações e de Exploração de rodovias. Também sugere a defasagem de indicadores quantitativos e que o Capital Social e de Relacionamento necessita de mais enfoque.

Palavras-chave: Relato Integrado; Social; ESG; Disclosure.

1 INTRODUÇÃO

O ESG (*Environmental, Social and Governance*) é um tema que tem se tornado muito importante nas empresas do Brasil e do mundo. Com a divulgação do Pacto Global da ONU (Organização das Nações Unidas) nos anos 2000, o olhar dos usuários está sendo voltado para as divulgações de Relato Integrado (RI) e aspectos que as entidades apresentam.

Silva (2023) afirma sobre a necessidade de uma padronização de quesitos a serem apresentados pelas empresas no âmbito da ESG. Parte desse problema tem sido sanada com a implementação do IFRS S1 e IFRS S2 em 2024, que contemplou divulgações relacionadas ao clima e à sustentabilidade (ISSB, 2023).

Entretanto, parte da divulgação ESG continua subjetiva, principalmente em relação ao que deve conter no Relato Integrado e a sua ligação com o Social do ESG. Maria, D'Angelo e Borgeth (2022) abordam por meio de entrevistas com gestores e análise de conteúdo, a realização do RI e as dificuldades encontradas. Dentre as mais mencionadas estão a falta de metodologia e padronização, o que dificulta a comparabilidade entre empresas. É identificada ainda a ausência de metodologias para o *disclosure* de risco, mensuração de impactos e para a realização dos relatos, além da incompreensão do mercado sobre a abrangência do RI e os diversos temas que podem ser adotados em sua elaboração.

Outro olhar para a dimensão do 'S' foi evidenciado por Vânia Borgeth em entrevista concedida a Hess e Brandão (2024) abordando uma visão humanizada, que explana que sem o eixo Social não há sustentabilidade. Baseando-se no fato que pessoas possuem peculiaridades e os negócios são construídos por pessoas, as empresas devem dar o suporte e ter a percepção adequada para com os seus colaboradores.

Em relação aos usuários externos é exposta a importância de se realizar um relato transparente, que siga as normas e diretrizes globais como um guia, contando com apoio da

auditoria e sempre com ética, o que faz com que um caminho para a comparação entre empresas seja possível, respaldada por normas e diretrizes universais (HESS; BRANDÃO, 2024).

Assim, este trabalho é direcionado pela seguinte questão de pesquisa: De que forma se encontra a evidenciação das empresas do índice GPTW B3 em relação ao Social do ESG no Relato Integrado do ano de 2024? O objetivo principal desse trabalho é avaliar de que forma se encontra a evidenciação do *Social Disclosure* das empresas que compõem o índice GPTW B3.

O presente estudo se justifica pela identificação de pesquisas envolvendo ESG como um todo, mas poucas dando luz ao aspecto Social do ESG de forma mais específica. A falta de clareza sobre o que se espera dessa divulgação pode ocasionar falhas na implementação do Relato Integrado, seja por conta da falta de compreensão, legislação e/ou regulamentação da própria agenda (SILVA, 2023).

Concomitantemente, por se tratar de um tema recente, no Brasil, ainda são poucos e incipientes os estudos a respeito do assunto, o que é corroborado por Garcia, Kao e Ciasca (2018), Cruz *et al.* (2022) e Assunção, Almeida e Porto (2024) que também afirmam sobre a necessidade de mais pesquisas e o aprofundamento da área, seja aprimorando a divulgação, avaliando a qualidade da informação divulgada e realizando estudos de caso seja focalizando os pilares Social e Governança.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 ESG

Para compreender o ESG é preciso mapear alguns conceitos. Dentre eles estão a Sustentabilidade, expressão amplamente utilizada nos dias de hoje, mas que surgiu na década de 1970 e só foi oficializada na década de 1980 com a Estratégia Mundial da Conservação da UICN (União Internacional da Conservação da Natureza). O ideal da Sustentabilidade é a garantia das necessidades atuais sem o comprometimento das gerações futuras, buscando a proteção ambiental, o desenvolvimento social e econômico.

Outro termo que se faz importante é o TBL (*Triple Bottom Line*), também conhecido como tripé da Sustentabilidade, que foi proposto por John Elkington, escritor de negócios, em 1994. Ele se caracteriza como uma estrutura contábil que considera, além dos impactos econômicos e financeiros, os impactos sociais e ambientais de uma organização, tendo por objetivo ajudar as organizações a ter um impacto positivo no mundo, melhorando o desempenho financeiro, a imagem e a reputação da empresa.

Posteriormente, em 2004, uma iniciativa entre a Organização das Nações Unidas (ONU) e instituições financeiras ligadas ao Banco Mundial, nomeada como *UN Global Compact* gerou o relatório *Who Cares Wins* (Ganha Quem se Importa, em português) sobre como integrar fatores sociais, ambientais e de governança no mercado de capitais (PACTO GLOBAL, 2025).

Desta forma, o termo ESG foi cunhado e ganhou notoriedade global, com as empresas e a sociedade em geral promovendo o tema e a sua abrangência. Agora, sendo considerado um fenômeno organizacional, que além dos atores empresariais também foi institucionalizado nas práticas de gestão, difundindo também a governança corporativa (CALDERAN *et al.*, 2021), o termo ESG pode ser dividido em três fatores:

- Ambiental: trata dos recursos naturais utilizados por uma empresa, como eles são administrados e qual o impacto do desempenho da empresa no meio ambiente;
- Social: trata dos relacionamentos internos (funcionários, alta administração, entre outros) e externos (governo, banco, comunidade) da organização, como eles são definidos e gerenciados;

- Governança: trata da cultura organizacional, como funciona a liderança da companhia, controles internos, auditorias, comitês, políticas e regulamentos para o bom funcionamento da organização, visando transparência, ética e responsabilidade.

Sob essa ótica e seguindo o comportamento de mercado, nas quais as empresas vêm tentando se adaptar as práticas ESG, a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) emitiu em dezembro de 2022 a prática recomendada ABNT PR 2030 que estabelece a conceituação e orientação para estabelecer práticas sustentáveis nas organizações. Dessa forma, a prática serve como guia para que as companhias integrem os métodos ESG em sua estratégia e em suas operações (BASSO, 2025).

Outro avanço é a criação da Taxonomia Sustentável Brasileira, que foi iniciada em 2023 e ainda está em andamento, seu principal objetivo é definir projetos, atividades e ativos que contribuem para os objetivos sociais, climáticos e ambientais, de forma a direcionar os investimentos para atividades sustentáveis, promovendo uma transição para uma economia inclusiva e verde alinhada aos objetivos globais (BAPTISTA; BUZOLIN, 2025).

Junto a isso, Godoi (2024) afirma que a adoção ESG no Brasil aumenta a competitividade global do país e garante um crescimento econômico e sustentável. Com diversas áreas a serem exploradas como energia renovável, tecnologia verde, biocombustível, o que ocasiona na expansão da infraestrutura crítica do país como saneamento, transporte e gestão de resíduos (GODOI, 2024). Assim, o ESG passou a ser quesito fundamental para a continuidade das organizações e necessário para o fomento de investimentos em diversas áreas.

2.2 Relato Integrado

Em função da necessidade de divulgação acerca de como está o andamento do negócio, os principais ativos, passivos e a geração de valor, as empresas adotaram o relatório empresarial. Com a adoção de estratégias sustentáveis e a necessidade de divulgação de estratégias financeiras e não financeiras, em 2009, o Relato Integrado foi criado com o objetivo de um novo modelo de relato que incluísse informação de uma organização que fosse universalmente aceito. Foi um projeto conjunto entre o FASB (*Financial Accounting Standards Board*), IASB (*International Accounting Standards Board*) e a ONU convocados pelo *Global Reporting Initiative* (GRI) e a *Accounting for Sustainability* (A4S).

No ano de 2010, foi criado o *International Integrated Reporting Council* (IIRC), entidade responsável por preparar as bases para a elaboração do RI. No ano seguinte, o IIRC foi responsável por publicar o quadro internacional do RI, um documento que é composto por sete princípios básicos e oito elementos de conteúdo, apresentando também os conceitos fundamentais e os seis tipos de capital existentes.

Quadro 1 - Princípios Básicos do RI

Princípios Básicos	
Foco estratégico e orientação para o futuro	o RI deve mostrar a visão estratégica da organização, a sua capacidade de geração de valor, no curto, médio e longo prazo e o seu uso e efeito sobre os capitais;
Conectividade da informação	deve mostrar como este se relaciona no curto, médio e longo prazo e ao seu uso e impacto sobre os capitais, da inter relação e das dependências entre os fatores que afetam a capacidade da organização de criar valor ao longo do tempo;

Relações com as partes interessadas	um RI deve formar uma visão da natureza e da qualidade das relações que a organização mantém com suas principais partes interessadas, incluindo como e até que ponto a organização entende, leva em conta e responde aos seus interesses e necessidades;
Materialidade	deve divulgar informações sobre temas que afetam substancialmente a capacidade da organização de criar valor no curto, médio e longo prazo;
Concisão	deve ser conciso;
Confiabilidade e completude	deve abranger todos os temas materiais sem erros;
Coerência e comparabilidade	em bases coerentes ao longo do tempo e de forma a permitir comparação com outras organizações ao longo do tempo.

Fonte: IFRS (2021).

Estes princípios servem como um norteador de como o RI deve ser construído. Seguindo esses preceitos a entidade terá um RI completo, confiável e de fácil entendimento.

Quadro 2 - Elementos de Conteúdo do RI

Elementos de Conteúdo	
Visão geral da organização e ambiente externo;	Desempenho;
Governança;	Estratégia e alocação de recursos;
Modelo de negócios;	Perspectivas;
Riscos e oportunidades;	Base para apresentação.

Fonte: IFRS (2021).

Os elementos de conteúdo representam os principais tópicos a serem apresentados no RI, que em conjunto com os tipos de capitais formam a completude do Relato Integrado, a entidade deve descrevê-los, conforme a sua atividade e retratar os principais usos e informações relevantes a serem publicadas.

Quadro 3 - Tipos de Capitais do RI

Tipos de Capitais	
Financeiro	recursos disponíveis para uma companhia que é utilizado para a sua atividade fim;
Humano	são os colaboradores da organização, suas vivências, habilidades, ideias, soft skills e capacidade de inovação, além da sua aderência e cultura organizacional;
Intelectual	são os intangíveis baseados em conhecimento, ou seja, direitos autorais, softwares, patentes e licenças;

Manufaturado	são os recursos manufaturados disponíveis a companhia para a sua atividade fim;
Naturais	são os recursos naturais disponíveis a organização para a sua atividade fim;
Social e de Relacionamento	compreende a relação dentre e entre stakeholders e a capacidade deles de compartilharem informações de bem estar coletivo e individual.

Fonte: IFRS (2021).

Por outro lado, uma outra organização chamada *Global Reporting Initiative* (GRI) é uma das que mais contribuiu com as entidades, fornecendo-lhes uma linguagem comum global para comunicar esses impactos. (GLOBAL REPORTING, 2025). Criado em 1997, o GRI criou e vem criando/atualizando os padrões de relatórios de sustentabilidade. Eles produzem um sistema de normas inter-relacionadas, as quais são divididas em três: Normas Universais, Normas Setoriais e Normas Temáticas (GLOBAL REPORTING, 2025).

Outra organização importante é o *Sustainability Accounting Standards Board* (SASB), fundado em 2011, cujo objetivo é desenvolver normas e padrões de contabilidade da sustentabilidade. No ano seguinte, no Brasil, foi criada a Comissão Brasileira de Acompanhamento do Relato Integrado (CBARI), sendo que no mesmo ano a B3 lançou a Campanha Relate ou Explique, a fim de coletar informações sobre as empresas que publicam informações de sustentabilidade e o porquê das que não o fazem.

No ano de 2017, a B3 lançou a Campanha Relate ou Explique ODS em consonância com o Acordo de Paris, que ocorreu em 2016. Em 2018, o Tribunal de Contas da União (TCU) publicou a Decisão Normativa 170/2018 que tornou obrigatório o uso do RI nos relatórios de prestação de contas de todas as Unidades Prestadoras de Contas (UPC) (KASSAI *et al.*, 2023).

Inicialmente, o projeto Relato Integrado começou com a adoção voluntária pelas empresas, contudo tornou-se obrigatório na Dinamarca e na África do Sul e em alguns setores. No Brasil, em 2020, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) tornou obrigatório para as companhias abertas a divulgação do Relato Integrado em sua totalidade, seguindo a orientação OCPC 09 - Relato Integrado, e ser objeto de asseguuração limitada por auditor independente registrado na CVM.

Uma revisão do *Framework* do RI foi publicada no ano de 2021, mesmo ano em que o IIRC e o SASB se fundiram na *Value Reporting Foundation* (VRF). Posteriormente, em 2022, a VRF se uniu a *IFRS Foundation*, responsável por emitir as normas dos relatos corporativos, a qual possui duas divisões: o IASB que é responsável pelas normas contábeis e o ISSB responsável pelas normas da apresentação das informações ESG.

No mesmo ano, por meio da resolução CFC 1670/2022, o Conselho Federal de Contabilidade criou o Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade (CBPS), com vistas a estudar, preparar, emitir documentos técnicos sobre padrões de divulgação de Sustentabilidade e outros assuntos dessa natureza, considerando os padrões internacionais ditados pelo ISSB.

Em 2023, com a divulgação das normas IFRS S1 e IFRS S2, pelo ISSB, que estabelecem como as empresas devem divulgar as questões climáticas e de sustentabilidade, a CVM publicou a resolução nº 193/2023 que dispunha sobre a elaboração e divulgação do relatório de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade. Essa resolução foi alterada e atualizada pela resolução nº 219/2024 que alterou os prazos de entrega e o arquivamento das informações.

Dessa maneira, o Relato Integrado vêm sendo cada vez mais discutido, estudado e aprofundado, as organizações, principalmente o IFRS e o GRI, no Brasil, em conjunto com o CBARI e o CBPS analisam as melhores formas de divulgação, a necessidade de

comparabilidade dos relatórios, a autorregulação e a regulamentação obrigatória e, principalmente, o auxílio prestado às organizações e o grau de transparência dos relatórios.

2.3 Estudos Anteriores

Mazzini e Dallabona ([sd]) realizaram um estudo cujo objetivo foi investigar quais indicadores de desempenho explicam melhor a adoção voluntária da divulgação de informações sociais e ambientais. Foi utilizado o método de pesquisa documental, descritiva e quantitativa. A pesquisa alcançou resultados que mostram que o setor de bancos é o que menos divulga informações e o de energia o que mais divulga. Outro resultado foi o fato que os únicos índices que continuam relevantes após a adoção do *disclosure* voluntário foram o de liquidez geral e o de endividamento.

Múrcia e Santos (2009) por meio da técnica de análise de conteúdo investigaram as práticas de *disclosure* voluntário geral das companhias abertas no Brasil. Foi constatado que um maior número de empresas evidencia as seguintes informações: exposição cambial, discussão do setor, EBITDA, demonstração do fluxo de caixa e identificação dos riscos do negócio. E, a análise setorial mostrou que as entidades do setor de Transporte e Auto-indústria possuem, no geral, as melhores práticas de *disclosure*.

Vaz *et al.* (2010) realizaram uma análise do *social disclosure* de empresas latino-americanas listadas na NYSE a partir do índice de *social disclosure* elaborado por Gonçalves (2006). Sendo um estudo quanti-qualitativo, foi concluído que as empresas brasileiras possuíam a melhor classificação na média entre os países, análise de *cluster* e tinham uma melhor qualidade na informação social, com uma boa correlação com a rentabilidade e lucro líquido. Por outro lado, as empresas argentinas, peruanas e colombianas possuíam o nível mais baixo de evidenciação das informações analisadas.

Tessmann (2012) analisou de forma comparativa em empresas brasileiras e espanholas o *disclosure* social por meio da análise de conteúdo. O estudo concluiu que as subcategorias com maior número de sentenças divulgadas se referem à capacitação e desenvolvimento profissional; educação, saúde e saneamento; impactos e políticas ambientais e, em contrapartida, a categoria ética apresenta número pequeno de sentenças nos relatórios, além de empresas que não mencionam nenhuma característica de caráter social.

Mapurung, Correia-Lima e Holanda (2014) realizaram uma pesquisa em que examinava a existência de práticas de *disclosure* social nas empresas que compunham o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) em 2010/2011 sob o enfoque do isomorfismo. Foi adotada a métrica proposta por Vieira (2006), concluindo que as menores empresas seguem as maiores empresas quanto à divulgação de informações sociais.

Em um estudo de análise de conteúdo, Silva *et al.* (2019) buscou identificar no RI de empresas similares, neste caso dois dos maiores bancos privados nacionais, se há semelhanças na divulgação ou não, averiguando se as entidades se utilizam de tendências ou características da própria empresa. Concluiu-se que as empresas adotam ênfases diferentes em seus relatos, além da diferença substancial de páginas no corpo do mesmo, que de forma alguma prejudica na estrutura ou entrega de informações.

Refinetti (2021) fez uma análise dos relatórios GRI divulgados por empresas do setor financeiro brasileiro, buscando comparar a aderência das instituições às normas GRI e a qualidade desses relatórios. Ele se utilizou da análise de conteúdo e concluiu que no período analisado, 2017-2019, a qualidade dos relatórios é baixa e que eles não tiveram muita evolução. Contudo, os grandes bancos possuem melhor qualidade e aderência aos padrões, normas e diretrizes se sobressaindo às demais instituições financeiras.

Reis e Moraes (2021) realizaram um estudo cujo objetivo era a compreensão de como o isomorfismo institucional se manifestava nos âmbitos mimético, normativo e/ou coercitivo

sobre o Relato Integrado. Foi utilizada a metodologia qualitativa de análise documental, com os elementos dos RIs analisados sendo inventariados e classificados. O principal resultado foi a percepção de que há uma maior preocupação com a legitimidade social do que com a qualidade das informações fornecidas e o grau de desenvolvimento em que as entidades se encontram, além da identificação de que embora o RI seja para explorar o lado social e sustentável da organização, ele apresenta um forte viés econômico.

Cruz *et al.* (2022) objetivavam analisar o panorama das publicações científicas internacionais, tendo sido realizada uma pesquisa bibliométrica com os trabalhos relacionados ao tema. No estudo foram identificados os principais autores, anos de publicação, artigos mais citados, países de origem dos autores e agências de fomento. Foi notado que as pesquisas a respeito do tema ainda são incipientes e, a maioria dos estudos são realizados na área econômica ou financeira, avaliando que são necessárias novas análises e estudos do ESG e suas vertentes.

Ferreira (2023) realizou um estudo em que objetivou analisar as informações de sustentabilidade e não financeiras listadas no índice de sustentabilidade da B3. Foi realizada uma pesquisa exploratória, descritiva, documental, na qual cada capital foi analisado em conjunto e separadamente. Foi visto que o Capital Social e de Relacionamento precisa de mais atenção e, que o *disclosure* voluntário ganhou mais adesão com o passar do tempo.

3 METODOLOGIA

Em relação ao objetivo, a pesquisa será do tipo descritiva, segundo Raupp e Beuren (2006, p. 81) “descrever significa identificar, relatar, comparar, entre outros aspectos.”. Quanto ao procedimento, a pesquisa terá caráter documental, e utilizará documentos de segunda mão, nesse caso os relatos integrados divulgados pelas empresas. E, em relação a abordagem do problema, será uma pesquisa qualitativa, na qual os dados não são mensuráveis e analisados de maneira indutiva (BALARDIM, 2017).

Com vista a análise dos aspectos sociais divulgados pelas entidades, o presente estudo visou utilizar como população as empresas participantes do Índice GPTW B3, limitando-se nas organizações que divulgam o Relato Integrado e, em sua falta, o Relatório Anual ou o Relatório de Sustentabilidade referente ao ano de 2024. Foi considerada a amostra de empresas que compunham a carteira GPTW B3 no primeiro quadrimestre de 2025, disponibilizada no website da B3.

Inicialmente a amostra era composta por 54 empresas, contudo, 18 empresas não realizaram a publicação do Relatório Anual de 2024 ou do Relatório de Sustentabilidade de 2024 até o final da análise, o que desencadeou na redução da amostra para 36 empresas, as quais tiveram seus relatórios analisados.

Quadro 4 - Empresas analisadas

Empresas Analisadas - Amostra GPTW B3					
AMBEV S/A	CAIXA SEGURIDADE PARTICIPAÇÕES S.A.	ENGIE BRASIL ENERGIA S.A.	IRB - BRASIL RESSEGUROS S.A.	MILLS LOCAÇÃO. SERVIÇOS E LOGÍSTICA S.A.	SLC AGRICOLA S.A.
SENDAS DISTRIBUIDOR A S.A.	COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO	EQUATORIAL S.A.	ITAUSA S.A.	NEOENERGIA S.A.	TRANSMISSOR A ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.

AUREN ENERGIA S.A.	CCR SA	GUARARAPES CONFECCOES S.A.	ITAU UNIBANCO HOLDING S.A.	ODONTOPREV S.A.	TIM S.A.
B3 S.A. - BRASIL. BOLSA. BALCÃO	CEA MODAS S.A.	HIDROVIAS DO BRASIL S.A.	JALLES MACHADO S.A.	RAIA DROGASIL S.A.	TOTVS S.A.
BCO PAN S.A.	CLEARSALE	IGUATEMI S.A.	JHSF PARTICIPACOES S.A.	BCO SANTANDER (BRASIL) S.A.	ULTRAPAR PARTICIPACOES S.A.
BCO BRADESCO S.A.	EMBRAER S.A.	IRANI PAPEL E EMBALAGEM S.A.	M.DIAS BRANCO S.A. IND COM DE ALIMENTOS	SANTOS BRASIL PARTICIPACOES S.A.	VIBRA ENERGIA S.A.

Fonte: Elaboração própria.

O processo de coleta dos dados se deu por meio de visitas aos websites das empresas, nos quais foi realizado o download dos Relatos Integrados, Relatórios Anuais ou Relatórios de Sustentabilidade no formato pdf. Foi utilizada a técnica de análise de conteúdo que consiste em três etapas (BARDIN, 2016):

- Pré-análise: Nesta fase foi realizada a seleção dos documentos e a formulação do quadro de codificação/categorização (BARDIN, 2016). Visando o aspecto Social foram selecionados para exame o Capital Humano e o Capital Social e de Relacionamento. O quadro foi adaptado a partir dos estudos de Ferreira (2023) e Santos e Miranda (2021), nos quais constam os elementos teóricos e os termos de busca a serem utilizados.
- Codificação/Categorização: Nesse passo, será combinado ao exame do quadro a classificação utilizada por Nossa (2002) para a análise das sentenças por tipo de disclosure:
 - Nenhuma: sem declaração;
 - Declarativa: somente a informação qualitativa é expressa em termos descritivos;
 - Quantitativa não-monetária: a informação quantitativa é expressa em números de natureza não financeira;
 - Quantitativa monetária: a informação quantitativa é expressa em números de natureza financeira;
 - Quantitativa monetária e não-monetária: a informação é expressa em números de natureza financeira e não financeira.
- Tratamento dos Resultados e Interpretação: Nesta fase os dados obtidos serão interpretados a fim de se fazer inferências sobre qual é o tipo de disclosure mais frequente, a frequência com que as informações são disponibilizadas pelas organizações, entre outras análises.

4 RESULTADOS

Foi realizada a análise do Relatório Anual ou de Sustentabilidade de 36 empresas e verificada a incidência de determinado tipo de *disclosure* nos aspectos sociais e se há alguma relação com o setor em que a organização está inserida ou o seu ativo total. Foi observado que,

em relação aos capitais humano e de social e de relacionamento, quase 50% do *disclosure* dos elementos teóricos estudados são declarativos, independente se discorridos com uma profundidade ampla ou limitada. Seguidos por nenhuma e quantitativa não-monetária, conforme descrito pelo quadro a seguir:

Tabela 1 - Incidência de *disclosure*

Tipo de Disclosure	Incidência	%
Nenhuma	270	22%
Declarativa	584	48%
Quantitativa Monetária	12	1%
Quantitativa Não-Monetária	270	22%
Quantitativa Monetária e Não-Monetária	88	7%

Fonte: Elaboração própria.

O Capital Humano acompanha o gráfico de incidência de *disclosure*, com 52,66% dos *disclosures* sendo de aspecto declarativo, seguido por 24,7% de quantitativo não-monetário, 18,8% de nenhum, 3,4% de quantitativo monetário e não-monetário e 0,6% de quantitativo monetário. Por outro lado, o Capital Social e de Relacionamento é um pouco mais equilibrado, os *disclosures* declarativo e nenhum apresentam incidência parecida, o primeiro de 34,3% e o segundo 31,2% e, diferentemente do Capital Humano, é seguido pela quantitativa monetária e não monetária que apresenta incidência próxima do *disclosure* não monetário. O que pode acontecer pelo número de itens em cada capital, tornando o Capital Humano mais representativo na incidência geral. Pode-se ver a seguir:

Tabela 2 - Incidência de *disclosure* no capital social e de relacionamento

Tipo de Disclosure	Incidência	%
Nenhuma	101	31,2%
Declarativa	111	34,3%
Quantitativa Monetária	7	2,2%
Quantitativa Não-Monetária	48	14,8%
Quantitativa Monetária e Não-Monetária	57	17,6%

Fonte: Elaboração própria.

Em relação ao alinhamento e apoio à estrutura de governança de uma organização e à abordagem de gerenciamento de risco e valores éticos, os principais *disclosures* foram declarativo (61,8%) e quantitativo não-monetário (28,7%). Nesta seção, apenas 4,6% dos elementos não foram mencionados e dos itens que a compõem o que mais se destaca é Valores

éticos, com 50% de sua divulgação sendo quantitativa não-monetária e Estrutura de governança, que somente 2,8% das empresas não possuíam nenhuma menção, demonstrando a alta representatividade do tópico em questão.

Sobre a capacidade de compreender, desenvolver e implementar a estratégia de uma organização só houve discursos declarativos (63,9%) ou nenhum discurso (36,1%). O elemento que mais se destacou foi compreensão estratégica com 72,2% de representatividade, em contrapartida, o tópico implementação estratégica só foi declarado por 50% das empresas, sugerindo que a compreensão estratégica se tornou importante, mas que a sua implementação não é amplamente divulgada.

Com relação a lealdades e motivações para melhorar processos, bens e serviços, incluindo sua capacidade de liderar, gerenciar e colaborar, a maior incidência de *disclosure* é declarativa (93,3%), seguida por nenhuma (3,3%), quantitativa não-monetária (1,7%) e quantitativa monetária e não-monetária (1,7%). Nessa seção, 100% das empresas apresentaram características declarativas no quesito colaborar. Outro item que se destacou foi o Ações para melhoria, com 100% de adesão, ele obteve 86,1% de sentenças declarativas, 8,3% de quantitativas monetárias e não-monetárias e 5,6% de não-monetárias. Evidenciando que todas as empresas analisadas divulgam a questão colaborativa e buscam realizar ações internas de melhoria.

No que se refere a aspectos associados ao bem-estar do profissional, os tipos nenhuma e quantitativa monetária e não-monetária apresentam a mesma incidência, 18,5%. A temática com mais diversificação foi remuneração, embora tenha apresentado incidência de 50% em quantitativa monetária e não-monetária. Foi observado que 47,2% das empresas não realizaram nenhuma menção sobre participação nos resultados e apenas uma empresa não mencionou o seguro saúde. Dentre as demais, 75% utilizaram sentenças declarativas, indicando não apenas uma preocupação com a saúde dos empregados, mas uma necessidade da divulgação sobre a remuneração e, principalmente, sobre a participação nos resultados.

Tabela 3 - Incidência de *disclosure* em aspectos associados ao bem-estar do profissional

Tipo de Disclosure	Incidência	%
Nenhuma	20	18,5%
Declarativa	48	54,5%
Quantitativa Monetária	3	3,4%
Quantitativa Não-Monetária	17	19,3%
Quantitativa Monetária e Não-Monetária	20	22,7%

Fonte: Elaboração própria.

Sobre segurança das empresas (medidas aplicadas ou implementadas), a maior incidência foi declarativa (44,4%) e quantitativa não-monetária (47,2%). Os tipos quantitativa monetária, quantitativa monetária e não-monetária e nenhuma apresentaram a mesma incidência (2,8%), salientando a importância da divulgação do tópico e a alta aderência dele.

A respeito da experiência média profissional, diferencial da força de trabalho e equidade entre funcionários (gênero, etnia, idade, religião), não há declarações quantitativas monetárias ou quantitativas monetárias e não-monetárias, a maior incidência foi a do *disclosure*

quantitativo não-monetário (54%), seguido por nenhuma (29%) e declarativa (17,1%). Nessa divisão, o item religião não foi abordado por nenhuma empresa, diferentemente das outras seções, o único quesito que teve maior ocorrência declarativa foi o de Diversidade (75%), em todos os outros itens da seção, o tipo quantitativo não-monetário foi mais frequente, sugerindo o uso de maiores indicadores e pesquisas internas sobre o tema.

Quanto ao treinamento e desenvolvimento, o tipo de discurso mais incidente é o declarativo (54,6%). Nesta seção, o item desenvolvimento profissional teve 100% de adesão por parte das empresas em seus relatórios (50% declarativa, 33,3% quantitativa não-monetária e 16,7% quantitativa monetária e não-monetária), mostrando ser um tópico recorrente e de alta relevância.

Tabela 4 – Incidência de disclosure em treinamento e desenvolvimento

Tipo de Disclosure	Incidência	%
Nenhuma	25	23,1%
Declarativa	59	54,6%
Quantitativa Monetária	0	0,0%
Quantitativa Não-Monetária	18	16,7%
Quantitativa Monetária e Não-Monetária	6	5,6%

Fonte: Elaboração própria.

Sobre compartilhamento de normas, valores e comportamentos em comum, menos de 40% das empresas mencionaram em seus relatórios sentenças relacionadas ao item, evidenciando a necessidade de serem trabalhados internamente e que não são tão relevantes para as entidades.

Com relação aos esforços para construir e manter uma relação de confiança com as principais partes relacionadas, as principais menções são declarativas (54,9%), seguidas por quantitativas não-monetárias (25%), quantitativas monetárias e não-monetárias (10,4%), nenhuma (6,3%) e quantitativas monetárias (3,5%). Outro importante aspecto é o tópico Partes interessadas, que foi mencionado por 100% das empresas (72,2% declarativa, 19,4% quantitativa monetária e não-monetária, 5,6% quantitativa não-monetária e 2,8% quantitativa monetária), demonstrando a conexão e a importância que as empresas dão, também, ao público externo.

Tabela 5 - Incidência de *disclosure* em esforços para construir e manter uma relação de confiança com as principais partes relacionadas

Tipo de Disclosure	Incidência	%
Nenhuma	9	6,3%
Declarativa	79	54,9%
Quantitativa Monetária	5	3,5%
Quantitativa Não-Monetária	36	25,0%
Quantitativa Monetária e Não-Monetária	15	10,4%

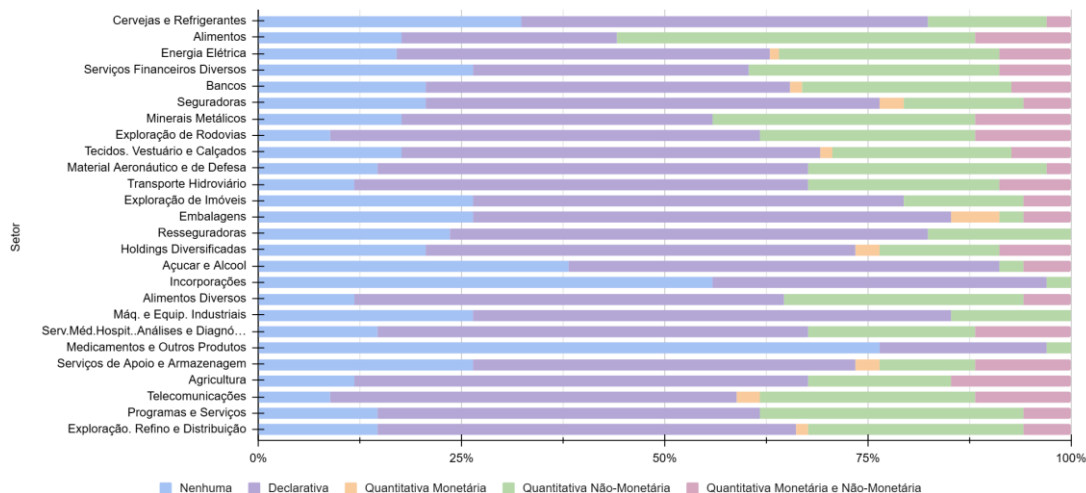
Fonte: Elaboração própria.

A seção licença social para operações foi a com menor taxa de adesão, pois 48,6% das empresas não fizeram nenhuma menção em seus relatórios. Exemplos são o item licença social, que teve 4 adeptos e o item efeito social, que foi mencionado por somente uma empresa. Entretanto, apenas uma empresa não divulgou sentença sobre seu Impacto social, item que apresentou majoritariamente sentenças quantitativas monetárias e não-monetárias (38,9%), seguido por declarativas (33,3%) e quantitativas não-monetárias (25%). Já o item Projeto social foi divulgado por 94,4% da amostra (77,8% quantitativa monetária e não-monetária, 5,6% quantitativa monetária, 5,6% quantitativa não-monetária e 5,6% declarativa), indicando que as entidades buscam divulgar mais sobre seus projetos e impactos sociais do que sobre os efeitos e as licenças de que precisam para realizar suas operações.

Acerca da incidência de *disclosure* por setor, é possível observar que a maioria realiza a publicação de sentenças declarativas, seguidas por quantitativas monetárias e quantitativas monetárias e não-monetárias, quando o fazem. Os setores que mais divulgaram itens foram o de Telecomunicações, Exploração de rodovias, Agricultura, Alimentos diversos e Transporte hidroviário. Enquanto os que menos divulgaram foram o de Medicamentos e outros produtos, Incorporações e Açúcar e álcool.

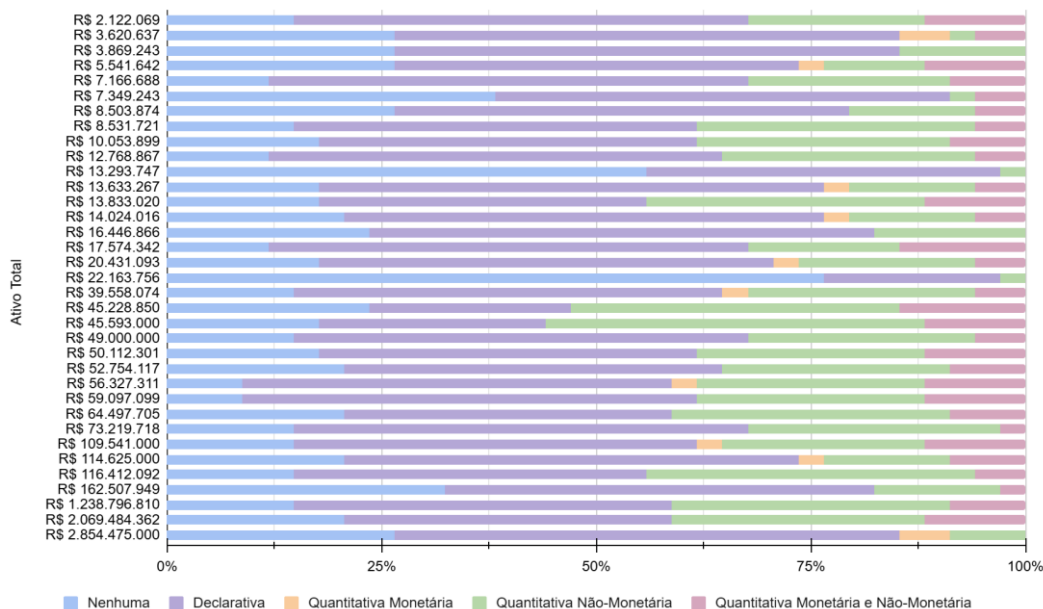
Dos 26 setores contemplados, 3 não apresentaram sentença quantitativa monetária e não-monetária, sendo eles o de Resseguradoras, Incorporações e Medicamentos e outros produtos. Outra ênfase é que apenas 9 apresentaram sentenças quantitativas monetárias, são eles: Energia elétrica, Bancos, Seguradoras, Tecidos, vestuário e calçados, Embalagens, Holdings diversificadas, Serviços de apoio e armazenagem, Telecomunicações e Exploração, refino e distribuição.

Gráfico 1 - Incidência de *disclosure* por setor



Com relação à incidência do *disclosure* por ativo total, o gráfico mostrou não haver relação entre a incidência de determinado tipo de *disclosure* e o ativo total da empresa, apontando que um ativo maior não significa ter uma qualidade de divulgação maior e vice-versa. Também não significa que há tendência para que um tipo de *disclosure* ocorra mais ou menos.

Gráfico 2 - Incidência de Disclosure por ativo total



A análise dos dados permite observar que as empresas tendem a realizar suas divulgações por meio de sentenças declarativas e quantitativas não-monetárias. Sugere também que cerca de 20% dos itens do Capital Humano e do Capital Social e de Relacionamento não são contemplados no Relato Integrado ou no Relatório Anual, com o Capital Social e de Relacionamento sendo o mais defasado, com insuficiência de informações nos itens licença social e efeito social.

Realizando um comparativo com o estudo de Tessmann (2012), o qual afirma que havia poucas sentenças com relação à ética nos relatórios, no estudo atual, 13 anos depois, apenas duas empresas não publicaram sobre o item valores éticos, mostrando um aumento da importância do tema em questão. Em consonância com o estudo, as organizações dão atenção substancial aos itens seguro saúde e desenvolvimento profissional, o que contraria os índices de plano de carreira e modelos de trabalho que são pouco comunicados e/ou pouco detalhados.

Em relação às instituições financeiras, os dados seguem o estudo de Refinetti (2021), que sugeria que grandes bancos são os que melhor aderiram às práticas, seguidos pelas seguradoras, enquanto as resseguradoras e serviços diversos ainda necessitam de adaptações.

Como o estudo sugere não existir correlação entre a incidência do *disclosure* e o ativo total, não se pode afirmar que pequenas empresas tendem a seguir o estilo proposto por grandes empresas, pois ambos os casos apresentam um padrão de divulgação parecido, diferente do apontado por Mapurung, Correia-Lima e Holanda (2014).

Diante disso, em muitos aspectos o trabalho corrobora a tese de Reis e Morais (2021), os quais afirmam que há uma maior preocupação com a legitimidade pública do que com a qualidade da informação, o que é evidenciado pelo alto número de sentenças declarativas, em comparação com quantitativas monetárias, quantitativas não-monetárias ou ambas, que são dados mais completos e de fácil comparação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo avaliar de que forma se encontra a evidenciação do *Social Disclosure* das empresas que compõem o índice GPTW B3. Com base nos dados coletados, foi observado que não há relação entre o tamanho da empresa e a incidência de um tipo específico de *disclosure*, que a grande maioria das publicações são de cunho declarativo ou quantitativo não-monetário e que os setores com melhor adesão aos itens do Social são Telecomunicações e Exploração de rodovias.

Foi observada também a necessidade de atenção ao Capital Social e de Relacionamento que teve menor adesão em comparação ao Capital Humano, além da evidenciação da priorização de itens como ações para melhoria, colaborar, desenvolvimento profissional e partes interessadas pelas entidades. Perante o exposto, o estudo sugere que o *social disclosure* referente ao ano de 2024 é declarativo, em sua maioria. Reflete também a necessidade de atenção aos capitais de maneira uniforme e a defasagem de indicadores quantitativos.

Assim, ao retratar exclusivamente os capitais ligados ao âmbito Social, a pesquisa retoma a discussão sobre o assunto e fomenta o avanço na área, visto que há poucos trabalhos com tal abordagem. O trabalho também traz à tona a reflexão sobre a necessidade de as empresas utilizarem mais dados e indicadores e irem além do *disclosure* declarativo em seus relatórios. Dessa forma, o estudo buscando posicionamento a respeito da qualidade, garantia, geração e divulgação de informações sociais no âmbito do ESG.

Investigações futuras poderiam avaliar empresas que compõem outros índices de caráter social, realizando um comparativo entre os resultados encontrados e, até mesmo abranger o estudo para todos os tipos de capital, analisando a adesão aos itens que os compõem no Relato Integrado em sua totalidade.

REFERÊNCIAS

AMBEV: relatório anual 2024. [S. l.: s.n.], 2025. Disponível em: <https://ri.ambev.com.br/>. Acesso em: 6 maio 2025.

ASSAI: relatório anual 2024. [S. l.: s.n.], 2025. Disponível em: <https://www.assai.com.br/relatorio-anual-e-de-sustentabilidade-2024>. Acesso em: 6 maio 2025.

ASSUNÇÃO, Marlene Luiza de; ALMEIDA, Francisco Alberto Severo de; PORTO, Marcelo Duarte. **Environmental, social and governance (ESG): uma revisão sistemática**. Cuadernos de Educación y Desarrollo, [S. l.], v. 16, n. 2, p. 01-18, 2024. Disponível em: <https://ojs.cuadernoseducacion.com/ojs/index.php/ced/article/view/3248>. Acesso em: 9 maio 2025.

AUREN: relato anual. [S. l.: s.n.], 2025. Disponível em: https://www.aurenenergia.com.br/wp-content/uploads/2025/05/AUREN_relan24-D6_220425_GH3.pdf. Acesso em: 6 maio 2025.

B3: relatório anual 2024. [S. l.: s.n.], 2025. Disponível em: <https://ri.b3.com.br/pt-br/informacoes-financeiras/relatorio-anual/>. Acesso em: 6 maio 2025.

BALARDIM, Adriana Rodrigues. **Relato integrado: uma validação das diretrizes do global reporting initiative nas empresas listadas no índice de sustentabilidade empresarial da Brasil, Bolsa e Balcão**. [S. l.: s.n.], 2017. Disponível em: <https://tede.pucsp.br/bitstream/handle/20555/2/Adriana%20Rodrigues%20Balardim.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2025.

BANCOPAN: relato anual. [S. l.: s.n.], 2025. Disponível em: <https://ri.bancopan.com.br/Download.aspx?Arquivo=INixAAfPjDMQoO7iCEEyzyg==>. Acesso em: 6 maio 2025.

BAPTISTA, Evelyn Maria Boia; BUZOLIN, Paula Lucia Machado. **Taxonomia Sustentável Brasileira (TSB) - estágio atual e próximas etapas**. [S. l.], 2025. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/noticiablogbc/28/noticia>. Acesso em: 9 maio 2025.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 70. ed. São Paulo: Casa de Ideias, 2016. Disponível em: <https://madmunifacs.wordpress.com/wp-content/uploads/2016/08/anc3a1lise-de-contec3bado-laurence-bardin.pdf>. Acesso em: 4 jun. 2025.

BASSO, Bruno. **O que é a norma ABNT PR 2030 e como influencia sua empresa**. [S. l.: s.n.], 2025. Disponível em: <https://gepcompliance.com.br/blog-posts/norma-abnt-pr-2030/>. Acesso em: 9 maio 2025.

BEMOBI: relatório integrado. [S. l.: s.n.], 2021. Disponível em: <https://ri.bemobi.com.br/informacoes-financeiras/ambiente-cvm/>. Acesso em: 6 maio 2025.

BRADERCO: relato integrado 2024. [S. l.: s.n.], 2025. Disponível em: <https://www.bradescom.com.br/informacoes-ao-mercado/relatorios-e-planilhas/relatorios/>. Acesso em: 6 maio 2025.

CAIXA SEGURIDADE: relato integrado. [S. l.: s.n.], 2025. Disponível em: <https://www.ri.caixaseguridade.com.br/transparencia/relatorio-de-sustentabilidade-2/>. Acesso em: 6 maio 2025.

CALDERAN, Andre Mafra et al. **ESG: uma análise inicial sobre a natureza do conceito e a sua difusão.** [S. l.: s.n.], 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/EIGEDIN/article/download/14362/9488/>. Acesso em: 14 abr. 2025.

CARLOS, Maria da Graça de Oliveira. **Responsabilidade Social Empresarial no setor bancário: análise a partir dos fatores ESG.** [S. l.: s.n.], 2017. Disponível em: <https://engemausp.submissao.com.br/19/anais/arquivos/518.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2025.

CASAS BAHIA: relato anual. [S. l.: s.n.], 2025. Disponível em: <https://ri.grupocasasbahia.com.br/a-companhia/relatorios-de-sustentabilidade/>. Acesso em: 6 maio 2025.

CBA: relato anual. [S. l.: s.n.], 2025. Disponível em: <https://www.cba.com.br/relatorio-de-sustentabilidade/>. Acesso em: 6 maio 2025.

CEA: relato anual. [S. l.: s.n.]. Disponível em: <https://sustentabilidade.cea.com.br/pt-br/Paginas/relatoriosustentabilidade.aspx>. Acesso em: 6 maio 2025.

CCR: relatório integrado 2024. Brasil: [s. n.], 2025. Disponível em: <https://arquivos.grupoccr.com.br/relatorios/ri2024/>. Acesso em: 6 maio 2025.

CIASCA, Davi Navarro. **Disclosure no relato integrado em países aderentes ao framework do IIRC.** [S. l.: s.n.], 2019. Disponível em: <http://tede.fecap.br:8080/bitstream/123456789/970/1/Davi%20Navarro%20Ciasca.pdf>. Acesso em: 4 jun. 2025.

CLEARSALE: Relatório de sustentabilidade 2024. Brasil: [s. n.], 2025. Disponível em: <https://ri.clear.sale/>. Acesso em: 6 maio 2025.

CONCEIÇÃO, Sérgio Henrique da; DOURADO, Gilson Barbosa; BAQUEIRO, Ana Gabriela; FREIRE, Simone; BRITO, Pauline das Chagas. **Fatores determinantes no disclosure em Responsabilidade Social Corporativa (RSC): um estudo qualitativo e quantitativo com empresas listadas na Bovespa.** *Gestão & produção*, [S. l.], v. 18, n. 3, p. 461–472, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/gp/a/hY97Tw9btcDDTtZY436GMgS/?lang=pt>. Acesso em: 26 mar. 2025.

CRUZ, Marcelo Miguel da et al. **Indicadores no contexto ESG (Environmental, Social and Governance): um estudo bibliométrico.** *Research, Society and Development*, [S. l.], v. 11, n. 17, p. e279111738870, 2022. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/download/38870/32306/423912>. Acesso em: 26 mar. 2025.

DIRECIONAL: relatório de sustentabilidade. [S. l.: s.n.], 2021. Disponível em: <https://ri.direcional.com.br/informacoes-financeiras/central-de-resultados/>. Acesso em: 6 maio 2025.

DROGASIL: relatório anual 2024. [S. l.: s.n.], 2025. Disponível em: <https://rdsauade.com.br/relatorio-anual-de-sustentabilidade-2024/>. Acesso em: 6 maio 2025.

EMBRAER: relatório anual. [S. l.: s.n.], 2025. Disponível em: https://esg.embraer.com/br/pt/assets/Relatorio_Anuar_2024_PT_V12.pdf. Acesso em: 6 maio 2025.

ENGIE: relato anual. [S. l.: s.n.], 2025. Disponível em: https://www.engie.com.br/wp-content/uploads/2025/04/Engie_RS2024_PT.pdf. Acesso em: 6 maio 2025.

EQUATORIAL. [S. l.: s.n.], 2021. Disponível em: <https://ri.equatorialenergia.com.br/esg/relatorios-anuais-e-de-sustentabilidade/>. Acesso em: 6 maio 2025.

ESPUNY, Herbert Gonçalves. **Responsabilidade Social Corporativa: o novo patamar das organizações modernas**. [S.l.: s.n.], [20-?]. Disponível em: <https://pdf.blucher.com.br/openaccess/9786555503456/02.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2025.

FERREIRA, Beatriz da Silva. **Relato integrado e a sustentabilidade de companhias abertas brasileiras: uma análise das empresas listadas no índice de sustentabilidade empresarial da B3**. [S. l.: s.n.], 2023. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/26875?locale=pt_BR. Acesso em: 19 abr. 2025.

GAFISA: relato integrado. [S. l.: s.n.], 2021. Disponível em: <https://ri.gafisa.com.br/>. Acesso em: 6 maio 2025.

GARCIA, Alexandre Sanches; KAO, Flavia; CIASCA, Davi Navarro. **Relato integrado: um olhar nas produções acadêmicas e na sua implementação pelas empresas**. [S. l.: s.n.], 2018. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/329718543_RELATO_INTEGRADO_UM_OLHA_R_NAS_PRODUCOES_ACADEMICAS_E_NA_SUA_IMPLEMENTACAO_PELAS_EMPRESAS. Acesso em: 8 abr. 2025.

GLOBAL REPORTING: GRI. [S. l.: s. n.], 2025. Disponível em: <https://www.globalreporting.org/>. Acesso em: 10 abr. 2025.

GODOI, Jéssica Luana de França. **Práticas de ESG nas empresas brasileiras: desafios e perspectivas**. [S. l.: s.n.], 2024. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/entities/publication/7d5e6068-770d-4186-ba44-87f47f2ff85a>. Acesso em: 15 abr. 2025.

GONÇALVES, Rodrigo de Souza; MEDEIROS, Otávio Ribeiro de; NIYAMA, Jorge Katsumi; WEFFORT, Elionor Farah Jreige. **Social disclosure e custo de capital próprio em companhias abertas no Brasil**. Revista Contabilidade & Finanças, v. 24, n. 62, p. 113–124, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rcf/a/rYwMZ6xGfNjXhQjGBrj6tsp/>. Acesso em: 26 mar. 2025.

GREAT PLACE TO WORK. As 175 Melhores Empresas Para Trabalhar em 2024 [RANKING]. [S.l.: s.n.], 10 out. 2024. GPTW. Disponível em: <https://gptw.com.br/conteudo/artigos/melhores-empresas-para-trabalhar-em-2024/>. Acesso em: 26 mar. 2025.

GRI - STANDARDS. [S. l.: s.n.], [20-?]. Disponível em: <https://www.globalreporting.org/standards/>. Acesso em: 14 abr. 2025.

GUARARAPES: relato integrado 2024. [S. l.: s.n.], 2025. Disponível em: <https://www.guararapes.com.br/conteudo/relatorio-esg-2024/>. Acesso em: 6 maio 2025.

HESS, Cida; BRANDÃO, Mônica. ESG: a dimensão social requer um olhar de alma!. **Revista RI**, Brasil, n. 279, mar. 2024. Disponível em: <https://www.revistari.com.br/279/2168>. Acesso em: 26 mar. 2025.

HIDROVIAS: relatório anual 2024. Brasil: [s.n.], 2025. Disponível em: <https://hbsa.com.br/sustentabilidade/publicacoes-e-relatorios/>. Acesso em: 6 maio 2025.

IFRS. **Estrutura conceitual internacional para relato integrado**. [S. l.: s.n.], 2021. Disponível em: <https://integratedreporting.ifrs.org/wp-content/uploads/2024/04/Framework-IR-Portugues-26fev.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2025.

IFRS S1 general requirements for disclosure of sustainability-related financial information. [S. l.: s.n.], 2021. Disponível em: <https://www.ifrs.org/issued-standards/ifrs-sustainability-standards-navigator/ifrs-s1-general-requirements/>. Acesso em: 30 maio 2025.

IFRS S2 normas de divulgação de sustentabilidade - relacionadas ao clima. [S. l.: s.n.], 2023. Disponível em: <https://www.ifrs.org/content/dam/ifrs/publications/pdf-standards-issb/brazilian-portuguese/2023/issued/part-a/pt-issb-2023-a-ifrs-s2-climate-related-disclosures.pdf?bypass=on>. Acesso em: 30 maio 2025.

IGUATEMI S.A.: relatório integrado 2024 [S. l.: s.n.], 2025. Disponível em: <https://ri.iguatemi.com.br/>. Acesso em: 6 maio 2025.

Índice de Sustentabilidade Empresarial - ISE B3 - composição da carteira. [S. l.: s.n.], 2025. Disponível em: https://www.b3.com.br/pt_br/market-data-e-indices/indices/indices-de-sustentabilidade/indice-de-sustentabilidade-empresarial-ise-b3-composicao-da-carteira.htm. Acesso em: 26 mar. 2025.

Índice IGPTW - composição da carteira. [S. l.: s.n.], 2025. Disponível em: https://www.b3.com.br/pt_br/market-data-e-indices/indices/indices-de-sustentabilidade/indice-igptw-composicao-da-carteira.htm. Acesso em: 30 maio 2025.

INTELBRAS: relato integrado. [S. l.: s.n.], 2021. Disponível em: <https://ri.intelbras.com.br/>. Acesso em: 6 maio 2025.

IRANI S.A.: relatório de sustentabilidade 2024. Brasil:[s.n.], 2025. Disponível em: <https://irani.com.br/praticas-sustentaveis/relatorio-de-sustentabilidade/>. Acesso em: 6 maio 2025.

IRB Brasil: relatório de sustentabilidade 2024. Brasil: [s.n.], 30 abr. 2025. Disponível em: <https://www.irbre.com/irbre-publica-relatorio-de-sustentabilidade-2024/>. Acesso em: 6 maio 2025.

ITAU: relato anual. [S. l.: s.n.], 2025. Disponível em: <https://www.itaubank.com.br/relacoes-com-investidores/itau-unibanco/saiba-mais/esg/>. Acesso em: 6 maio 2025.

ITAUSA: relato integrado 2024. [S. l.: s.n.], 2025. Disponível em: <https://ri.itausa.com.br/sobre-a-itausa/retrato-integrado/>. Acesso em: 6 maio 2025.

JALLES: relato anual. [S. l.: s.n.], 2025. Disponível em: <https://app.jalles.com/wp-content/uploads/2024/06/Relatorio-Anual-e-de-Sustentabilidade-Jalles-2023-2024.pdf>. Acesso em: 6 maio 2025.

JHSF: relato integrado 2024. Brasil: [s.n.], 2025. Disponível em: <https://www.jhsf.com.br/sustentabilidade>. Acesso em: 6 maio 2025.

KASSAI, José Roberto et al. **Relato integrado e a sua trajetória no Brasil**. [S. l.: s.n.], 2023. Disponível em: <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/handle/doc/1153356>. Acesso em: 24 abr. 2025.

KEPLER: relato anual. [S. l.: s.n.], 2022. Disponível em: <https://ri.kepler.com.br/informacoes-financeiras/relatorios-anuais/>. Acesso em: 6 maio 2025.

LOCALIZA: relato integrado. [S. l.:s.n.], 2025. Disponível em: <https://ri.localiza.com/>. Acesso em: 6 maio 2025.

MAGAZINE LUIZA: relato integrado. [S. l.: s.n.], 2025. Disponível em: <https://ri.magazineluiza.com.br/ShowCanal/Relatorio-Anual-e-Sustentabilidade?BbuKf7H6X12vxuD6Hytzyw=&linguagem=pt>. Acesso em: 6 maio 2025.

MAPURUNG, Patrícia Vasconcelos Rocha; CORREIA-LIMA, Bruno Chaves; HOLANDA, Allan Pinheiro. **Disclosure social e isomorfismo nas empresas listadas no índice de sustentabilidade empresarial**. [S. l.: s.n.], 2014. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/2734/273443119007.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2025.

MARCOPOLO: relato integrado. [S. l.: s.n.], 2025. Disponível em: <https://ri.marcopolo.com.br/informacoes-financeiras/relatorios-anuais-e-de-sustentabilidade/>. Acesso em: 6 maio 2025.

MARIA, Selma Costa; D'ANGELO, Marcia Juliana; BORGERTH, Vania Maria da Costa. **Gaps in engagement in and use of Integrated Reporting in Brazil**. Revista Contabilidade & Finanças, [S. I.] v. 33, n. 88, p. 63–80, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rcf/a/WjKLzWHzrXFHFh4kDXrp3dg/?lang=pt>. Acesso em: 3 abr. 2025.

MARTINS, Mayra. **A relação da divulgação das práticas ESG com o valor de mercado das empresas brasileiras de capital aberto**. Brasil [s.n.], 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/34335/1/Rela%3%a7%3%a3oDivulga%3%a7%3%a3oPr%3%a1ticas.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2025.

MAZZINI, Cristiane; DALLABONA, Lara Fabiana. **Evidenciação social e ambiental: relação entre o disclosure voluntário e indicadores de desempenho de empresas listadas no**

índice de sustentabilidade empresarial. [S. l.: s.n.]. Disponível em:
<http://engemausp.submissao.com.br/17/anais/arquivos/111.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2025.

MDIASBRANCO: relato integrado 2024. [S. l.: s.n.], 2025. Disponível em:
<https://mdiasbranco.com.br/relatorio-anual-integrado/>. Acesso em: 6 maio 2025.

MILLS: relato anual. [S. l.: s.n.], 2025. Disponível em:
<https://www.rad.cvm.gov.br/ENET/frmDownloadDocumento.aspx?Tela=ext&numSequencia=900168&numVersao=1&numProtocolo=1375456&descTipo=IPE&CodigoInstituicao=1>. Acesso em: 6 maio 2025.

MINERVA: relato anual. [S. l.: s.n.], 2025. Disponível em: https://minervafoods.com/wp-content/uploads/2025/07/RS24_PT_MinervaFoods_VF.pdf. Acesso em: 6 maio 2025.

MOURA DUBEUX: relato integrado. [S. l.: s.n.], 2020. Disponível em:
<https://ri.mouradubeux.com.br/>. Acesso em: 6 maio 2025.

MURCIA, Fernando Dal-Ri; SANTOS, Ariovaldo dos. **Principais práticas de disclosure voluntário das 100 maiores empresas listadas na bolsa de valores de São Paulo**. [S. l.: s.n.], 2009. Disponível em:
[https://revistas.ufpr.br/rcc/article/download/14749/10241#:~:text=Constata%2Dse%20que%20as%20informa%C3%A7%C3%B5es,%20e%20EBITIDA%20\(86\)](https://revistas.ufpr.br/rcc/article/download/14749/10241#:~:text=Constata%2Dse%20que%20as%20informa%C3%A7%C3%B5es,%20e%20EBITIDA%20(86).). Acesso em: 14 abr. 2025.

NEOENERGIA: relato anual. [S. l.: s.n.], 2025. Disponível em:
<https://www.neoenergia.com/relatorios-neoenergia>. Acesso em: 6 maio 2025.

NOSSA, Valcemiro. **Disclosure ambiental: uma análise do conteúdo dos relatórios ambientais de empresas do setor de papel e celulose em nível internacional**. [S. l.: s.n.], 2002. Disponível em: <https://scispace.com/pdf/disclosure-ambiental-uma-analise-do-conteudo-dos-relatorios-4egfoe31d0.pdf>. Acesso em: 30 maio 2025.

ODONTOPREV: relato anual. [S. l.: s.n.], 2019. Disponível em:
<https://ri.odontoprev.com.br/sobre-a-odontoprev/sustentabilidade/>. Acesso em: 6 maio 2025.

OLIVEIRA, Marcelle Collares; JUNIOR, Jonas Alves de Araújo; OLIVEIRA, Oderlene Vieira; PONTE, Vera Maria Rodrigues. **Disclosure social de empresas brasileiras e britânicas à luz da teoria institucional**. *Advances in Scientific and Applied Accounting*, [S. l.] v. 5, n. 1, p. 2–26, 2012. Disponível em: <http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/ASAA/article/viewFile/1839/1697>. Acesso em: 26 mar. 2025.

ONCOCLÍNICAS: relatório de sustentabilidade. [S. l.:s.n.], 2021. Disponível em:
<https://ri.grupooncoclinic.com/informacoes-financeiras/central-de-resultados/>. Acesso em: 6 maio 2025.

OS CAPITAIS DO <IR>. [S. l.: s.n.], 2019. Disponível em:
<https://relatointegradobrasil.com.br/home/os-capitais-do-ir/>. Acesso em: 9 maio 2025.

PACTO GLOBAL: who cares wins. [S.I.: s.n.], 2025. Disponível em: <https://www.pactoglobal.org.br/esg/>. Acesso em 10 abr. 2025.

POSITIVO: relato integrado. [S. l.: s.n.], 2025. Disponível em: <https://ri.positivotecnologia.com.br/a-companhia/relatorio-de-sustentabilidade/>. Acesso em: 6 maio 2025.

RAUPP, Fabiano Maury; BEUREN, Ilse Maria. **Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade: Teoria e Prática**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

REFINETTI, Alexandre de Oliveira. **Corporate social disclosure: Uma análise dos níveis de qualidade e evolução dos relatórios GRI divulgados por empresas do setor financeiro brasileiro**. [S. l.: s.n.], 2021. Disponível em: <https://tede.fecap.br:8443/handle/123456789/1094>. Acesso em: 14 abr. 2025.

REIS, Luciano Gomes dos; MORAIS, Caroline Moya de. **Relato Integrado: uma análise comparativa entre empresas brasileiras e europeias sob a ótica da Teoria Institucional**. REUNIR Revista de Administração Contabilidade e Sustentabilidade, [S. l.], v. 11, n. 1, p. 1–15, 2021. Disponível em: <https://reunir.revistas.ufcg.edu.br/index.php/uacc/article/view/879>. Acesso em: 9 maio 2025.

RICHARDSON, Alan J.; WELKER, Michael. **Social disclosure, financial disclosure and the cost of equity capital**. Accounting, organizations and society, [S. l.], v. 26, n. 7–8, p. 597–616, 2001. DOI 10.1016/s0361-3682(01)00025-3. Disponível em: [http://dx.doi.org/10.1016/s0361-3682\(01\)00025-3](http://dx.doi.org/10.1016/s0361-3682(01)00025-3).

SANTANDER: relato anual. [S. l.: s.n.], 2025. Disponível em: <https://ri-santander2025.mz-sites.com/resultados-e-relatorios/relatorios-e-apresentacoes/>. Acesso em: 6 maio 2025.

SANTOS BRASIL: relato integrado 2024. Brasil: [s.n.], 2025. Disponível em: <https://ri.santosbrasil.com.br/>. Acesso em: 6 maio 2025.

SANTOS, Cassius Klay Silva; MIRANDA, Gilberto José. **Framework para avaliação do conteúdo informacional do Relato Integrado: uma proposta baseada na Técnica Delphi**. [S. l.: s.n.], 2021. Disponível em: <https://congressosp.fipecafi.org/anais/21UspInternational/ArtigosDownload/3122.pdf>. Acesso em: 30 maio 2025.

SÃO MARTINHO: relato integrado. [S. l.: s.n.], 2025 Disponível em: <https://www.saomartinho.com.br/ListRelatorio.aspx?idCanal=E/5CI5hbGiTfjZ7mhu2y5w==&linguagem=pt>. Acesso em: 6 maio 2025.

SILVA, Sayonara Helena Moreira da. **O social do ESG na ótica dos investidores institucionais que operam no Brasil**. [S. l.: s.n.], 2023. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/server/api/core/bitstreams/b4f47b5c-9ac2-4baa-b26c-5f7b4d60c18f/content>. Acesso em: 17 abr. 2025.

SILVA, Helen Cecilia Ferreira da. **A adoção de métricas ESG por empresas brasileiras**. [S. l.: s.n.], 2024. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/43788/1/A%20ADO%C3%87%C3%83O%20>

DE%20M%C3%89TRICAS%20ESG%20POR%20EMPRESAS%20BRASILEIRAS%5E.pdf
. Acesso em: 12 abr. 2025.

SILVA, Roberta Cristina da; SANTOS, Fernando de Almeida; SANTOS, Neusa Maria Bastos Fernandes dos. **A atuação do Relato Integrado nas empresas brasileiras:** Um estudo comparativo sobre a forma de divulgação do RI entre os dois maiores bancos privados nacionais. *Revista Metropolitana de Sustentabilidade*, [S. l.], v. 9, n. 2, p. 86–101, 2019. Disponível em: <https://revistaseletronicas.fmu.br/index.php/rms/article/view/2065>. Acesso em: 14 abr. 2025.

SLC AGRÍCOLA: relato anual. [S. l.: s.n.], 2022. Disponível em:
<https://www.slccagricola.com.br/relatorio-integrado/>. Acesso em: 6 maio 2025.

SOUSA, José Raul de; SANTOS, Simone Cabral Marinho dos. **Análise de conteúdo em pesquisa qualitativa:** Modo de pensar e de fazer. *Revista Pesquisa e Debate em Educação*, [S. l.], v. 10, n. 2, p. 1396–1416, 2020. Disponível em:
<https://periodicos.ufjf.br/index.php/RPDE/article/download/31559/22049/134370>. Acesso em: 14 jun. 2025.

TAESA: relato anual. [S. l.: s.n.], 2025. Disponível em: <https://ri.taesa.com.br/>. Acesso em: 6 maio 2025.

TELEFÔNICA: relato anual. [S. l.: s.n.], 2025. Disponível em:
<https://ri.telefonica.com.br/resultados-e-comunicados/relatorios/>. Acesso em: 6 maio 2025.

TESSMANN, L. **Disclosure social um estudo comparativo entre empresas brasileiras e espanholas.** [S. l.: s.n.], 2012. Disponível em:
<http://repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/3537>. Acesso em: 14 abr. 2025.

TIM: relato integrado 2024. Brasil: [s.n.], 2025. Disponível em: <https://ri.tim.com.br/>. Acesso em: 6 maio 2025.

TOTVS: relato anual. [S. l.: s.n.], 2021. Disponível em: <https://ri.totvs.com/esg/relatorios-anuais/>. Acesso em: 6 maio 2025.

ULTRA: relato anual. [S. l.: s.n.], 2023. Disponível em: <https://ri.ultra.com.br/divulgacoes-e-resultados/relatorios-anuais/>. Acesso em: 6 maio 2025.

UNIPAR: relato anual. [S. l.: s.n.], 2025. Disponível em: <https://ri.unipar.com/>. Acesso em: 6 maio 2025.

VALLE, Paulo Roberto Dalla; FERREIRA, Jacques D. E. Lima. **Análise de conteúdo na perspectiva de Bardin:** contribuições e limitações para a pesquisa qualitativa em educação. *Educação em Revista*, [S. l.], v. 41, p. e49377, 2025. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/edur/a/hhywJFvh7ysP5rGPn3QRFWf/>. Acesso em: 4 jun. 2025.

VAZ, Andréia Carneiro et al. **Análise comparativa sobre informações voluntárias divulgadas:** O social disclosure das empresas latino-americanas listadas na NYSE. [S. l.: s.n.], 2010. Disponível em:
http://www.rlbea.unb.br/jspui/bitstream/10482/14635/1/ARTIGO_AnaliseComparativaInformacoes.pdf. Acesso em: 14 abr. 2025.

VIBRA: relatório anual 2024. [S. l.: s. n.], 2025. Disponível em:
<https://www.vibraenergia.com.br/relatorios-anuais>. Acesso em: 6 maio 2025.

Vista da adoção do ESG em busca de cooperativas sustentáveis fundamentado no respeito aos ODS (ONU). [S. l.: s.n.], 2024. Disponível em:
<https://insigneacademica.com.br/ojs/index.php/revistainsignedehumanidades/article/view/89/11>. Acesso em: 26 mar. 2025.

Vista da análise comparativa sobre informações voluntárias divulgadas: o social disclosure das empresas latinoamericanas listadas na NYSE. [S. l.: s.n.], 2010. Disponível em:
<https://repec.org.br/repec/article/view/147/71>. Acesso em: 26 mar. 2025.

Vista do ‘Disclosure Verde’ nas demonstrações contábeis: características da informação ambiental e possíveis explicações para a divulgação voluntária. [S. l.: s.n.], 2008. Disponível em: <https://revistacgg.org/index.php/contabil/article/view/21/49>. Acesso em: 26 mar. 2025.

View of indicators in the context of ESG (Environmental, Social and Governance): A bibliometric study. [S. l.: s.n.], 2022. Disponível em:
<https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/38870/32306>. Acesso em: 26 mar. 2025.

WILSONSONS: relato anual. [S. l.: s.n.], 2018. Disponível em:
<https://ri.wilsonsons.com.br/publicacoes/relatorios-anuais/>. Acesso em: 6 maio 2025.

ZAMP: relato anual. [S. l.: s.n.], 2025. Disponível em:
<https://ri.zamp.com.br/list.aspx?idCanal=G74+nC12nTOaV4s5niHaTg==>. Acesso em: 6 maio 2025.